

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 20/07/2017

1
2
3 No vigésimo dia do mês de julho de dois mil e dezessete, às 8h30, na Sala de Situação, 4º (quarto)
4 andar, Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião
5 Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná –
6 CERMA/PR. Fizeram-se presentes, no período da manhã, conforme convocação prévia:
7 **Governamentais: Fátima Ikiko Yokohama (SEJU), Lucimar Godoy (SESA), Maria Tereza Rosa**
8 **(SEDS), Vladimir Luiz de Oliveira (SESP), Mariana Dallo (Ccivil), e José Jorge Tobias de Santana**
9 **(SEET). Sociedade Civil: Andressa Gongora Barboza (ARAS/Cáritas Maringá), Luis Espinel Vargas**
10 **(Pastoral Migratória Arquidiocese de Curitiba), Ozeil Moura dos Santos (Centro de Integração Social,**
11 **Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro), Cesar Rosário Fernandes (Conselho Regional de**
12 **Psicologia de Paraná – CRP/PR), Elizete Sant'Ana de Oliveira (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM),**
13 **Maria de Lourdes Bernartt (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA) e Marcia Terezinha**
14 **Ponce (Cáritas Arquidiocesana de Londrina). Colaboradores(as)/Convidados(as): André Godinho**
15 **(SEJU) e Douglas Marques (SEJU) e Tamara Zazera Rezende (SEDS). No período da manhã,**
16 **aconteceram as reuniões das Comissões, que consistiram em análises de protocolos referentes à**
17 **temática de cada comissão e deveriam resultar em uma síntese dos assuntos tratados para posterior**
18 **deliberação no plenário, realizado no período da tarde. Fizeram-se presentes, no período da tarde:**
19 **Governamentais: Fátima Ikiko Yokohama (SEJU), Lucimar Godoy (SESA), Maria Tereza Rosa**
20 **(SEDS), Vladimir Luiz de Oliveira (SESP), Paulo Henrique Mariano (SETI), Benedito Izidoro Diniz**
21 **(SEEC), Mariana Dallo (Ccivil), e José Jorge Tobias de Santana (SEET). Sociedade Civil: Andressa**
22 **Gongora Barboza (ARAS/Cáritas Maringá), Ozeil Moura dos Santos (Centro de Integração Social,**
23 **Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro), Cesar Rosário Fernandes (Conselho Regional de**
24 **Psicologia de Paraná – CRP/PR), Maria de Lourdes Bernartt (Movimento dos Haitianos de Pato Branco**
25 **– MHAPA), Elizete Sant'Ana de Oliveira (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM) e Marcia Terezinha**
26 **Ponce (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), Edésia de Souza Sato (Pastoral Migratória Arquidiocese**
27 **de Curitiba) e Luana Martins Sorrentino Sugimoto (CRP/PR). Colaboradores(as)/Convidados(as):**
28 **Silvia Cristina Xavier (Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná –**
29 **CETP/PR), Claudio Ambrózio (Conferência dos Religiosos do Brasil), Kelvin Yuquimitsu Yamaguti**
30 **(MPF), Lucas Carli Cavassin (MP-PR), André Godinho (SEJU), Daici Dorneles (Cáritas), Caio**
31 **Fernandes (UFPR), Miguel Pachioni (ACNUR), Angelica Furquim (Cáritas), Catrin Cramer (Coop**
32 **Mediadores), Tamara Zazera Rezende (SEDS) e Douglas Marques (SEJU). Ausências justificadas:**
33 **Katyani Ogura da Silveira (Ccivil) e Deusa Favero (Cáritas – Londrina), por conflitos na agenda, Márcia**
34 **Leonora Dudeque (SEED) por estar em seu período de férias e Dircinha Borkovski (SEED) por**
35 **problemas de saúde. 1. Abertura: Cumprimentando a todos os presentes, a Vice-Presidente Elizete abriu**

esta reunião. Houve uma auto-apresentação de todos os presentes. **2. Aprovação da pauta:** A pauta foi aprovada. **3. Aprovação da Ata:** A ata foi aprovada, com algumas alterações. **4. Informes: Secretaria Executiva – Mesa Diretora – Conselheiros:** A Secretaria Executiva informou que foram encaminhados dois ofícios solicitando indicação de membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para participação neste Conselho, mas a CUT não respondeu, dando assim lugar à Associação para Integração dos Latinos-Americanos de Curitiba (AILAC), entidade a qual foi enviado um ofício chamando-os para participação no CERMA/PR. A Secretaria Executiva noticiou ainda que foram entregues cartões corporativos para vários Conselheiros e que, para quem já está com o cartão, é necessário ir até uma agência do Banco do Brasil e cadastrar uma senha para tal cartão. Na continuidade, a Secretaria Executiva informou ainda que houve problemas no cadastro para o cartão corporativo das Conselheiras Audrey Merlin Leonardi de Aguiar e Márcia Ponce, problemas com divergências na documentação, tendo essas Conselheiras que rever seus cadastros. Tamara Rezende informou que sua pesquisa de mestrado, que versa sobre política imigratória no estado do Paraná, está pronta e disponível no site www.ufpr.academia.edu. A Conselheira Márcia Ponce convidou todos os presentes para participar de um seminário promovido pela Cáritas nos dias 27 (vinte e sete) e 28 (vinte e oito) de outubro, em Curitiba, com importantes debates sobre o Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. O Conselheiro Ozeil apresentou uma denúncia de agressão contra imigrantes no município gaúcho de Esteio, solicitando que seja feita uma moção de repúdio à forma de abordagem dos agentes de segurança pública aos imigrantes presentes em tal cidade. O Conselheiro Ozeil informou ainda a Embaixadora da República do Senegal no Brasil, Fatoumata Binetou Rassoul Correa, estabeleceu-se em Curitiba por três dias para tratar da regulamentação dos senegaleses que estão no Brasil, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul. Informou ainda que mais de 20 ônibus com senegaleses vieram até Curitiba para que os migrantes recebessem seus documentos de identidade. Por determinação da Embaixadora, o Consulado do Senegal em Curitiba passará a emitir documentos de identidade desde que os senegaleses apresentem os documentos de lei. Na continuidade, o Conselheiro Ozeil apresentou eslaides detalhados da visita de missão senegalesa aos estados do Paraná e de Santa Catarina, tal como apresentou ainda eslaides sobre as agressões no município gaúcho de Esteio. A convidada Sílvia Cristina Xavier explanou sobre o tráfico de pessoas e o contrabando de imigrantes, fazendo o anúncio da campanha de prevenção ao tráfico de pessoas no estado do Paraná, chamada “Campanha Coração Azul contra o Tráfico de Pessoas” e apresentando as atividades aos presentes. **5. Relato das Comissões: 5.1 Comissão de Direitos e Garantias:** A relatora desta Comissão foi a Conselheira Lucimar. A Conselheira Lucimar expôs que, conforme já resposto na reunião anterior do CERMA/PR, há dificuldades da população migrante na cidade de Pato Branco, dificuldades essas nas áreas de saúde, assistência social, educação, trabalho e

70 renda, todas apresentadas pela Conselheira Maria de Lourdes. A Conselheira Lucimar, enquanto
71 representante da SESA, informou que, de acordo com as demandas apresentadas pela Conselheira
72 Maria de Lourdes, entrará em contato com a regional da SESA responsável pela cidade de Pato Branco
73 para avaliar o que pode ser feito para suprir as necessidades de saúde da população migrante em tal
74 local. Foi informado que os migrantes reivindicam um espaço para se reunir, já que seu antigo espaço de
75 reunião não lhes é mais ofertado. Esta Comissão noticiou que um migrante de Pato Branco compareceu
76 à uma agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e, quando pediu por uma vaga, foi-lhe dito que
77 não havia nenhuma vaga. Quando o migrante perguntou o motivo, o agente declarou que a orientação do
78 empresariado local era de que “não há vagas para haitianos”. Esta Comissão solicitou orientações para
79 lidar com esta situação, apresentada aqui como racismo institucional. Esta Comissão requereu que seja
80 encaminhado uma moção de repúdio à Prefeitura Municipal de Esteio por conta do ato de violência
81 contra migrantes por parte dos agentes de segurança pública. Esta Comissão pediu que seja convidado
82 um técnico da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) que trabalhe com a questão de registro de atividade
83 ambulante para fazer uma explanação ao CERMA/PR sobre os trâmites legais para obtenção de licença
84 para exercer atividade remunerada de forma ambulante. O Conselheiro César sugeriu que esta Comissão
85 agende uma reunião conjunta com diversos representantes de secretarias às quais este Conselho possa
86 levar suas demandas. A Conselheira Fátima informou que já houve um contato deste Conselho com a
87 Prefeitura Municipal de Curitiba em abril deste ano e reforçou o dito pelo Conselheiro César, de que as
88 pautas precisam ser organizadas e tratadas com mais agilidade através de uma reunião conjunta. A
89 Conselheira Fátima declarou que a moção de repúdio anteriormente solicitada por esta Comissão não
90 deve ser direcionada apenas à Prefeitura Municipal de Esteio, mas também ao Comitê de Atenção a
91 Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (COMIRAT) e ao Fórum Permanente
92 de Mobilidade Humana/RS. O Conselheiro Paulo Henrique sugeriu que o CERMA/PR entre em contato
93 com o COMIRAT, saiba qual a atitude que o Comitê tomará em relação ao caso do município de Esteio e
94 envie uma moção de apoio ao Comitê pela atitude que este tomará. O Conselheiro Paulo Henrique
95 sugeriu ainda que os Conselheiros do CERMA/PR pesquisem sobre informações a respeito das
96 legislações já existentes a respeito das demandas, a fim de ter mais material para quando for estabelecer
97 contato com os órgãos governamentais sobre as demandas em relação a migração, refúgio e apatridia,
98 facilitando a conversa e a obtenção de bons resultados na fiscalização e formação de políticas públicas. A
99 Conselheira Márcia Ponce informou que a questão da xenofobia e do racismo institucional por parte de
100 empresas em relação aos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, refugiados ou apátridas já foi
101 discutida dentro do Fórum do Trabalhador Migrante do Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-
102 PR), e que foi encaminhada a redação de um documento de informação às empresas sobre a questão do
103 preconceito, a fim de não chegar ao ponto de entrar com processos jurídicos contra as empresas, mas
104 que não houve respostas a esse documento. A Conselheira Márcia Ponce solicitou então que seja



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

13

14

15

105 cobrada uma resposta das empresas, externando ainda que é necessário que se tomem atitudes mais
106 rígidas em relação a essas denúncias, que não são apenas em relação aos imigrantes haitianos, mas a
107 diversos outros grupos de imigrantes no estado do Paraná. A Conselheira Maria Tereza comunicou que o
108 Centro Estadual de Informação para Migrantes Refugiados e Apátridas (CEIM) oferece o serviço de
109 acesso ao Sistema de Agendamento do Trabalhador (procura de emprego) aos migrantes refugiados ou
110 apátridas que lá se apresentam, informando ainda que já foi solicitada a participação do CEIM nas
111 formações dadas aos profissionais que acessam a este sistema pelo Departamento do Trabalho (DET) da
112 SEJU, a fim de verificar se a questão da discriminação se dá a partir de uma orientação interna ou a partir
113 de posicionamentos pessoais dos agentes. Tamara Rezende sugeriu a necessidade de haver uma
114 prescrição aos funcionários dizendo que não é possível aceitar quaisquer orientações discriminatórias por
115 parte dos empresários. A Conselheira Lucimar esclareceu que, em momento algum houve falta de
116 responsabilidade desta Comissão para com os encaminhamentos, mas apenas que esta Comissão
117 entende que deve trazer os assuntos para debate dentro do CERMA/PR. O Conselheiro Paulo Henrique
118 elucidou que sua fala não foi uma crítica ao trabalho desta Comissão, tal como ao trabalho de nenhuma
119 Comissão, mas que o problema exposto por ele é algo geral deste Conselho, reforçando ainda sua fala
120 anterior de que as ações do CERMA/PR devem ser mais estudadas e efetivas, e não apenas permanecer
121 no envio de ofícios que podem não ser respondidos. A Conselheira Lucimar propôs que o processo de
122 trabalho deste Conselho seja revisto a fim de aprimorar a eficiência do CERMA/PR. A Conselheira Fátima
123 dirimiu que o coordenador das políticas para migrantes e refugiados, André Godinho, redigiu uma
124 orientação específica que devia ser encaminhada às empresas. Este documento seria apresentado para
125 discussão no Fórum do Trabalhador Migrante, para somente então ser enviado às empresas, o que não
126 ocorreu pois não houve mais reuniões do Fórum, mas que o documento está pronto. O Conselheiro
127 César apresentou para a avaliação da plenária as seguintes propostas: pautar a realização de uma
128 reunião deste Conselho, aliado ao Ministério Público do Trabalho, com a Prefeitura Municipal de Curitiba
129 sobre a situação de refugiados, migrantes e/ou apátridas, com relação às políticas de acesso à
130 assistência social, habitação, segurança pública, saúde, e trabalho, procurando uma agenda específica
131 com a Secretaria Municipal de Urbanismo e pautar contato com o COMIRAT sobre a situação da
132 denúncia do ocorrido em Esteio. O Conselheiro César solicitou que esta Comissão minute os ofícios à
133 Prefeitura Municipal de Curitiba e ao COMIRAT e as encaminhe à Secretaria Geral para devidas
134 providências. **5.2 Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** O relato desta Comissão foi
135 realizado pelo Conselheiro César. A reunião desta Comissão aconteceu no dia 12 (doze) de julho de
136 2017. Esta Comissão iniciou com a leitura da relatoria da última reunião da Comissão de Monitoramento
137 de Políticas Públicas, que aconteceu no dia 27 (vinte e sete) de julho de 2017. Sobre o ofício solicitando
138 mais informações sobre os 148 (cento e quarenta e oito) estrangeiros em situação de encarceramento no

16

139 estado do Paraná, e expedido pela Secretaria Executiva ao Departamento Penitenciário (DEPEN/SESP),
140 André Godinho informou que foi obtida uma resposta. O DEPEN/SESP solicitou que fosse encaminhado
141 o conteúdo da resposta que foi enviada pela SESP, o que foi feito. Esta Comissão aguarda um novo
142 posicionamento do DEPEN/SESP. A respeito do Monitoramento do *Plano Estadual* de Políticas Públicas
143 para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, o Conselheiro
144 César comunicou que, a pedido da Dra. Ana Paula Pina Gaio, Lucas Cavassin (Centro Operacional de
145 Apoio às Promotorias de Justiça dos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná - CAOP-Direitos
146 Humanos) entrou em contato dispondo-se a acompanhar o processo de monitoramento do Plano, bem
147 como solicitou as sínteses encaminhadas pelas Secretarias que apresentaram suas ações. Até a data da
148 reunião esta Comissão não havia recebido nenhuma síntese das Secretarias, optou-se, então, pela
149 dilação do prazo de entrega de 11 (onze) de julho para a presente data, solicitando que a SEJU entre em
150 contato com as cinco secretarias (SESA, SESP, SEED, SEDS e SEJU) para informar o novo prazo de
151 entrega. Discutiu-se a metodologia e a importância do balanço que esta Comissão confeccionará sobre
152 as metas atingidas e ações realizadas do Plano Estadual. Foi apresentada a necessidade de estabelecer
153 agendas específicas com cada Secretaria, com o objetivo de dirimir todas as dúvidas e construir um
154 balanço qualificado sobre o Plano. A SEJU ficou encarregada de coordenar tais agendas. Discutiu-se a
155 data limite para apresentação do balanço final. Houve informe sobre a construção da I Conferência
156 Temática de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, que está em estudo para acontecer em
157 meados de dezembro. **5.3 Comissão de Gestão da Informação:** O relato desta Comissão foi realizado
158 pelo Conselheiro Vladimir. Esta Comissão retomou o assunto de um instrumento para levantamento de
159 dados sobre os atendimentos realizados aos migrantes, refugiados e apátridas pelas instituições da
160 sociedade civil organizada. A plenária havia feito algumas sugestões de mudanças na planilha com os
161 campos a serem preenchidos, sugestões estas que serão incorporadas e encaminhadas para as
162 instituições da sociedade civil organizada. Esta Comissão propôs que seja encaminhado ofício para
163 institutos de pesquisa, tal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto
164 Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a fim de obter informações
165 relacionadas a fluxos migratórios e refugiados, migrantes e apátridas. A Vice-Presidente Elizete reforçou
166 a importância de as entidades da sociedade civil organizada fazerem esse levantamento a partir da
167 planilha que esta Comissão enviará. A Conselheira Márcia Ponce manifestou sua preocupação em obter
168 o retorno das entidades por conta da dificuldade de preenchimento de formulários longos, mas que é algo
169 necessário para obter estatísticas para formação de políticas públicas. A Conselheira Márcia Ponce
170 solicitou ainda que seja pesquisado com os observatórios de migração das universidades paranaenses
171 sobre fluxos migratórios, já que estas instituições dispõem de dados mais atualizados. Neste sentido, a
172 Conselheira Maria de Lourdes sugeriu que consulte-se os dados oferecidos pelo IPEA, tal como seu
173 caderno de metodologia de obtenção de dados. A Conselheira Maria Tereza orientou as entidades da



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

21
22
23

174 sociedade civil organizada presentes neste Conselho que a SEDS, através do CEIM, está
 175 disponibilizando um cadastro para que as entidades sejam reconhecidas como entidades sociais. Tamara
 176 Rezende propôs que o CERMA/PR organize uma forma própria de cadastramento das entidades dentro
 177 deste Conselho, com fins de monitoramento e também para estabelecer um diálogo maior com as
 178 entidades. **5.4 Comissão de Comunicação e Eventos:** A relatoria desta Comissão foi realizada pela
 179 Conselheira Andressa. A Conselheira Andressa fez a leitura do texto sobre o Dia Internacional da Mulher
 180 Negra Latino-Americana e Caribenha, o qual foi disponibilizado na página do DEDIHC/SEJU. A plenária
 181 fez alguns ajustes neste texto. Esta Comissão sugeriu quatro datas para escrever sobre. Estes deverão
 182 ter alguma relação com o tema deste Conselho. São as datas: 12 de agosto, Dia Internacional da
 183 Juventude; 19 de agosto, Dia Mundial Humanitário; 23 de agosto, Dia Internacional para Relembrar o
 184 Tráfico de Escravos e sua Abolição e dia 30 de agosto, Dia Internacional das Vítimas de
 185 Desaparecimento Forçado. Este Conselho optou pela data de 30 de agosto. Angélica Furquim e André
 186 Godinho escreverão o texto. Foi dada a palavra a Miguel Pachioni, agente do ACNUR, considerando a
 187 visita repentina e a importância dos trabalhos realizados por ele, que discorreu brevemente sobre a
 188 importância das discussões trazidas ao CERMA/PR, falando sobre solicitações de refúgio, trabalho,
 189 assistência social entre outros. **6. Monitoramento do Plano: apresentação de metodologia:** Este ponto
 190 foi suprimido porque este Conselho entende que já foi discorrido sobre tal no relato das Comissões, pelo
 191 Conselheiro César. **7. Avaliação da Audiência Pública sobre Nova Lei de Migração:** Ponto não
 192 contemplado. **8. I Conferência Temática de Refugiados Migrantes e Apátridas do Paraná:** A
 193 Conselheira Fátima lembrou que, na última reunião, este Conselho havia discutido sobre a
 194 possibilidade de realizar uma conferência para eleição de Conselheiros da Sociedade Civil para nova
 195 gestão do CERMA/PR, em cumprimento ao regimento interno. No entanto, ao consultar o período de
 196 vigência da atual gestão, foi verificado que a nomeação dos Conselheiros deu-se em 22 (vinte e dois) de
 197 outubro de 2015, através do Decreto Estadual nº 2651. Assim, a atual gestão só se findará em 22 (vinte e
 198 dois) de outubro de 2018. A Conselheira lembrou ainda que, neste ano de 2017, não houve, por parte do
 199 Governo Federal, chamamento de Conferência Nacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas.
 200 Considerados então, o período de vigência da gestão e a possibilidade de realizar a conferência em
 201 2018, a SEJU realizou um provisionamento orçamentário para realização da referida conferência em
 202 2018, quando poderá, então, ocorrer a eleição, bem como apresentar o monitoramento e avaliação final
 203 do Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes
 204 e Apátridas do Paraná. Por conseguinte, a Conselheira esclareceu ainda que a SEJU sugeriu alternativa
 205 para realizar a discussão do Plano Estadual ainda neste ano de 2017, com vistas a propiciar maior
 206 participação dos migrantes, refugiados e apátridas de diferentes polos do Paraná: realização de três
 207 reuniões descentralizadas do CERMA/PR, com plenária no período da manhã e audiência pública no

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico
 Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

24

208 período da tarde, com o propósito de reunir propostas para atualização do Plano. Propôs ainda que as
209 datas das reuniões não fossem durante a semana, já que a participação da população migrante,
210 refugiada e apátrida é mais garantida nos finais de semana, por motivo de atividades de trabalho dessas
211 populações. Na continuidade, a Conselheira manifestou sua preocupação quanto à presença de todos os
212 Conselheiros e Conselheiras do CERMA/PR em uma reunião em outra cidade, mas esclarecendo que a
213 SEJU custeará o deslocamento de todos os Conselheiros da sociedade civil ao local da reunião
214 descentralizada. A Conselheira Lucimar solicitou que estas propostas fossem enviadas por e-mail para
215 discussão dentro das Secretarias de Estado, por questões orçamentárias e de agenda dos
216 representantes das secretarias. O Conselheiro César manifestou sua preocupação em relação à
217 presença dos Conselheiros nas reuniões em outras cidades, tal como a repetição ou desvio dos assuntos
218 tratados nas reuniões por conta de presença de pessoas diferentes e que não acompanham o debate
219 promovido ao longo dos meses por este Conselho. O Conselheiro César sugeriu que não sejam feitas
220 reuniões descentralizadas do CERMA/PR, mas sim outros tipos de atividades em outras cidades, como
221 apenas reuniões das Comissões ou da Mesa-Diretora. Tamara Rezende propôs que sejam feitas apenas
222 audiências públicas com o tema de levantamento de propostas para atualização do Plano Estadual de
223 Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do
224 Paraná, reuniões estas nas quais não seria necessária a presença de todos os Conselheiros, mas sim
225 apenas de poucos representantes. A Conselheira Márcia Ponce expressou que, de acordo com sua
226 compreensão, a realização das reuniões descentralizadas não implicaria na continuidade dos assuntos
227 tratados neste Conselho, ademais por conta de serem reuniões plenárias usuais no período da manhã e
228 audiências públicas no período da tarde. O coordenador das políticas para migrantes, refugiados e
229 apátridas, André Godinho, elucidou que já há uma experiência de reuniões plenárias no período da
230 manhã e audiências públicas no período da tarde, ambas descentralizadas, no Conselho Permanente de
231 Direitos Humanos (COPEL), experiência esta que se mostrou exitosa. O Conselheiro César sugeriu a
232 realização das reuniões descentralizadas de forma intercalada com reuniões em Curitiba. A Conselheira
233 Fátima esclareceu que nada impede de fazer as reuniões das Comissões nas noites anteriores às das
234 reuniões. A Conselheira Lucimar propôs que seja feita apenas uma reunião descentralizada, para servir
235 como uma forma de experimentar como seria o andamento da reunião, para então fazer uma avaliação
236 posterior e decidir se haveria outra reunião descentralizada ou não. O Conselheiro Paulo Henrique
237 pontuou que não há necessidade de locomover toda a estrutura do CERMA/PR para outra cidade apenas
238 para discutir assuntos ordinários que podem ser discutidos em Curitiba, e que faz mais sentido que sejam
239 feitas apenas audiências públicas para, desta forma, realmente consultar a população migrante,
240 refugiada e/ou apátrida. A Vice-Presidente Elizete propôs de trazer este debate na próxima reunião deste
241 Conselho, por não haver tempo suficiente e nem mais quórum para deliberar sobre a questão das
242 reuniões descentralizadas. Este Conselho compreende a impossibilidade de realização da conferência

29
30
31

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

243 temática, assim como trará o debate para a próxima reunião ordinária do CERMA/PR. A Conselheira
244 Fátima declarou que não pode haver morosidade quanto à questão de decidir se haverá ou não reuniões
245 descentralizadas porque deve ser feito um estudo sobre estas reuniões para fins orçamentários e
246 licitatórios. A Conselheira Márcia Ponce solicitou que, por conta da impossibilidade de participação de
247 todos os membros e membras da Cáritas na próxima reunião ordinária do CERMA/PR, que a data seja
248 alterada para a semana seguinte, dia 24 (vinte e quatro) de agosto. A Conselheira Fátima solicitou que
249 seja enviado um pedido formal à Secretaria Executiva para se abrir uma consulta geral em relação à
250 alteração da data da próxima reunião. **9. Discussão: Intolerância contra comunidade árabe no**
251 **Paraná:** Ponto de pauta não realizado por motivo da ausência do convidado. **10. O Controle Social:**
252 **garantias e avanços de políticas públicas e sistemas de direitos:** Pauta transferida para a próxima
253 reunião. **11. Encerramento:** Sem mais assuntos a serem tratados e agradecendo à presença de todos, a
254 Vice-Presidente Elizete encerrou esta reunião. A presente Ata foi lavrada pelo Núcleo de Assessoramento
255 aos Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após sua leitura e
256 aprovação, será anexada à cópia da lista de presença assinada pelos integrantes presentes nessa
257 reunião.

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico
Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR